



Número: **0815196-89.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **10/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA EUNICE QUEIROZ DE ARAUJO (AUTOR)		MARIA DE LOURDES XAVIER DE MEDEIROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
48460777	04/09/2019 13:53	<a href="#">Petição Inicial</a>	Outros documentos

**EXCELENTÍSSIMO/A SENHOR/A DOUTOR/A JUIZ/A DE DIREITO,  
INVESTIDO/A NA JURISDIÇÃO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS  
DESTA COMARCA DE MOSSORÓ/RN –**

**MARIA EUNICE QUEIROZ DE ARAÚJO**, brasileira, viúva, aposentada, inscrita no CPF sob o nº 007.706.364-38 e RG nº 001.656.016-SSP/RN, residente e domiciliada na Rua Flávio de Oliveira, nº 10, bairro Alto da Conceição, nesta cidade de Mossoró-RN, por meio de seus procuradores, conforme procuração anexa, com endereço para receber intimações e notificações no endereço constante no rodapé, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 840, caput e §1º da CLT c/c artigo 282 do CPC, propor a presente

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

pelo procedimento ordinário, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, inscrito no CNPJ sob nº: 09.248.608/0001-04 podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP:20.031.205, com endereço eletrônico: <http://www.seguradoralider.com.br/>, diante dos fatos e fundamentos a seguir:

### **I - DA JUSTIÇA GRATUITA, AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO e ENDEREÇO ELETRÔNICO**

Desde já, requer:

O benefício da **assistência judiciária gratuita**, por ser a autora pobre na acepção jurídica do termo, com fulcro no, artigo 5º, LXXIV da constituição.



A realização de **audiência de conciliação**, nos termos do inciso VII, do art. 319 do novo CPC, diante dos interesses dos demandantes em conciliar a lide que será exposta.

O envio de notificações e intimações para o **endereço eletrônico de belalourdes@uol.com.br** (inciso II, do art. 319 do novo CPC), por seus advogados constituídos.

## **II - LEGITIMIDADE PASSIVA**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como **“Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”**.

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

**“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”**

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:



**"§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES."**

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

### **III – DOS FATOS**

A Requerente no dia 15 de agosto de 2017, por volta das 20:00hrs, seguia caminhando pela Avenida Capitão Nor Gouveia, na cidade da Esperança, em Natal-RN, quando foi colhida violentamente por uma motocicleta de placa MMR -4917, guiada pela pessoa identificada como Jeferson, que colidiu com o retrovisor e guidon na face da mesma, vindo cair ao solo desacordada.

Que, após as providências de socorro feita por populares, a Requerente foi atendida no local, pelo SAMU, e conforme atendimento de nº 166224/1 e foi logo após os primeiros socorros encaminhada para o Hospital Regional Walfredo Gurgel, sob o atendimento de nº 38020/2017, com hematomas e lesões na face.

Em consequência do sinistro, a requerente foi diagnosticada com fratura na clavícula esquerda e traumatismo de crânio, conforme ficha de atendimento de urgência e laudo médico em anexo, rx e tumografia, onde é possível se aferir a ocorrência dos danos sofridos pela requerente, o qual resultou em perda funcional do membro lesionado.

Diante das lesões sofridas, a Requerente não mais dispõe de condições físicas para desenvolver as suas atividades laborativas do lar, dentre outras, de modo que está em gozo de benefício previdenciário. Importante mencionar que, desde o mês de setembro de 2017, a Requerente requereu de forma administrativa, após a remessa de todos os documentos exigidos para recebimento dos valores gastos com as despesas médicas além dos valores de invalidez, através do processo ASL 0348347/17, tendo sido quitado tão somente o valor das despesas médicas, sem contudo ter sido sequer apreciado o pedido de indenização por invalidez.



Desse modo o direito do/a requerente consiste também no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a invalidez, e uma vez que não a quitação de forma administrativa, não restou outra alternativa, a não ser valer-se da Tutela Jurisdicional do Estado.

#### IV - FUNDAMENTAÇÃO DE MÉRITO

##### Direito a indenização

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causadas por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, tem origem no Decreto-Lei nº 73, de 21 de Dezembro de 1966, o qual dispõe no seu art.20, alínea 1, o seguinte:

**Art.20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais são obrigatórios os seguros de:**

**{...}**

**Danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não; (Redação dada pela Lei nº 8.374, de 1991)**

A lei nº 6.194/1974, que regulamentou o Seguro DPVAT, no seu art. 3º, elenca as hipóteses cobertas pelo seguro, bem como o valor da indenização em cada caso, *in verbis*:

**Art.3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa**



**vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).** (Produção de efeitos).

**I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007); (sem grifo no original)**

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007); e**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.**

**Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.**

Assim, resta claro que a parte requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto que é a única herdeira/beneficiária, na qualidade de companheira, da vítima, que não recebeu sua indenização.

Ressalta-se que o pagamento da indenização independe de quem teve culpa no acidente automobilístico, necessitando, para sua perfectibilização, apenas provas simples do acidente e dano decorrente, os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art.5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.**

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, e em conformidade com que dispõe o art.479, do CPC, tem assim, a requerente direito ao reconhecimento de sua justa indenização.



## **V- DA NOMEAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA – CONVÊNIO TJRN COM A SEGURADORA .**

Tendo em vista convênio firmado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em processo nº 01573/2012, no qual firmam as partes que, as perícias médicas que envolvam cobrança de seguro DPVAT serão nomeados pelo Juízo e pagas pela Seguradora, independente do seu resultado.

Desta feita, requer que seja nomeado Perito Técnico judicial a fim de realização de Laudo Técnico, aferindo o grau da lesão sofrida pela requerente.

## **VI - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer a parte autora:

- a). **recebimento da presente ação;**
- b). deferimento do **benefício da Justiça Gratuita;**
- c). o envio de intimações para o endereço de **belalourdes@uol.com.br** (inciso II, do art. 319 do novo CPC), por sua advogado/a constituído/a, consoante amplos poderes outorgados na procuração inclusa
- d). Seja a Seguradora Ré, devidamente citada para responder a presente demanda, bem como:
  - d.1. A condenação da parte ré ao pagamento do valor apurado, de conformidade com a perícia e tabela, diante da confirmação da invalidez da Promovente, devidamente corrigido e nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbências arbitrados por Vossa Excelência;
  - d.2. A incidência do juros e correção monetária sobre o total da condenação, nos termos do Código Civil;





d.3. c) Que seja **nomeado perito técnico** em conformidade com Convênio firmado pelo TJ/RN e a demandada, para análise das sequelas resultantes do comentado sinistro na Promovente;

e) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, pericial, depoimento pessoal, testemunhal e especificamente a documental juntada nesta petição inicial, entre as quais destacamos:

- e.1. procuração;
- e.2. documentos de identificação da beneficiária: RG e CPF;
- e.3. documentos de ocorrência do acidente: boletim de ocorrência da polícia civil;
- e.4. documentos que demonstram as lesões sofridas pela vítima/requerente;
- e.5. documentos que demonstram o pedido feito de forma administrativa, com seus respectivos documentos;

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que, pede deferimento.

Mossoró-RN, 3 de setembro de 2019.

---

Maria de Lourdes Xavier de Medeiros  
Advogada – OAB/RN nº 5562

